



Defensoria Pública
do Estado da Paraíba

C O N S E L H O S U P E R I O R

**ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2024/2026- REALIZADA NO DIA
27 DE MAIO DE 2026.**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (27.05.2026), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral Dra. Maria Madalena Abrantes Silva o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barroso, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, as Conselheiras, Monaliza Maelly Fernandes Montinegro, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues, registrando ainda a presença da Ouvidora-Geral Inise Machado de Lima e o Presidente da Associação dos Defensores Públicos Everaldo Lira, e por vídeo-conferência o Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho, Ryveka Campos Martins Bronzeado e Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Leitura, aprovação e assinatura da Ata da 147ª (Centésima quadragésima sétima) Reunião Ordinária realizada em 30.04.2026; 2-Apreciação de minuta que institui o Código de Ética dos Membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e dá outras providências. 3-Apreciação de minuta que regulamenta os princípios, regras e instrumentos da Lei Federal nº 14.129/2021 (Governo Digital), no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba; 4-Apreciação de minuta do Edital de Remoção; 5-Apreciação do requerimento imposto pelos Defensores Públicos Dirceu Abimael de Souza Lima e Klébina Maria Ludgerio Borba, referente a viabilidade jurídica financeira da implementação do adicional por tempo de serviço no âmbito da DPPB e a constituição de grupo técnico ou comissão para estudo da matéria e eventual elaboração de minuta legislativa; 6-Apreciação de minuta do edital para a formação da lista tríplice para escolha do diretor geral da escola superior da DPPB; 7-Assuntos pertinentes a DPPB. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida, passou ao 1º(primeiro) item da pauta, informando que todos receberam a Ata, previamente, perguntando se os presentes estavam aptos a aprovar e assinar, sendo aprovada por unanimidade de seus membros; Em seguida passou ao 2º (segundo) item, com a palavra ao Corregedor Geral para fazer apresentação da minuta que institui o Código de Ética dos Membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e dá outras providências, dizendo que recebeu vários outros códigos de éticas de outros

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

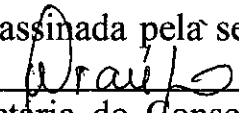
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

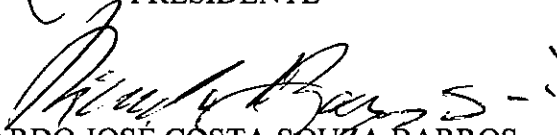
[Handwritten signature]

Estados, mas que em conversa com a Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues foi informado que haveria um outro código de ética e solicitou que seja retirado de pauta para que haja copilação com os outros que deverão ser avaliados; com a palavra a Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues informa que encaminhará a sugestão da minuta do Código de Ética para a secretaria do CSDP e que deverá enviar ao Servidor Glaucio Sales para fazer essa copilação, e retornar ao conselho na próxima reunião para apreciar, sendo aprovada a solicitação por unanimidade de seus membros; Em seguida, a Presidente passou ao 3º (terceiro) item para que seja realizada a apreciação de minuta que regulamenta os princípios, regras e instrumentos da Lei Federal nº 14.129/2021 (Governo Digital) no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba; passando a palavra a Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montenegro que informou que após análise entendeu que o pleito deveria ser melhor analisado, sugerindo que a minuta seja retirado de pauta e pedindo vistas, em seguida passou a apreciação do 4º (quarto) item, a minuta do Edital de Remoção; falando das varas e comarcas que deverão ser ofertadas, sendo aprovado por unanimidade de seus membros; 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital - 2ª Vara Regional de Execuções Penais de Campina Grande - Vara Militar e de Crimes envolvendo Organização Criminosa - Vara Única da Comarca de Coremas - 1ª Vara Mista da Comarca de Sousa - 6ª Vara Mista da Comarca de Sousa; Momento em que a Presidente informou que deverá antecipar a pauta e passar a apreciação de minuta do edital para a formação da lista tríplice para escolha do diretor geral da escola superior da DPPB, a Presidente informou que no próximo mês o mandato da Senhora diretora se encerrará, motivo pelo qual trouxe o Edital para aprovação do Conselho, sendo aprovado por unanimidade de seus membros a publicação do Edital onde os Defensores Públicos que assim desejar, poderão se inscrever; Em seguida a Presidente passou ao 5º (quinto) item, apreciação do requerimento imposto pelos Defensores Públicos Dirceu Abimael de Souza Lima e Klébica Maria Ludgerio Borba, referente a viabilidade jurídica financeira da implementação do adicional por tempo de serviço no âmbito da DPPB e a constituição de grupo técnico ou comissão para estudo da matéria e eventual elaboração de minuta legislativa, facultando a palavra ao Defensor Público Dirceu Abimael de Souza Lima que apresentou os motivos pelos quais realizou o presente requerimento, a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado pediu a palavra e falou que existem três pontos no requerimento onde o primeiro que fosse incluído em caráter de emergência o presente requerimento, o segundo pedido referente a viabilidade jurídica financeira da implementação do adicional por tempo de serviço no âmbito da DPPB e finalmente a criação de um grupo técnico ou comissão para estudo da matéria e eventual elaboração de minuta legislativa, pois no seu entendimento esses pontos deverão ser aprovados ou não pelo Conselho Superior, a Presidente então colocou em votação se os pontos do requerimento serão acolhidos pelos senhores membros do Conselho Superior, sendo aprovado por unanimidade por seus membros os pedidos do requerimento; a Presidente passou a palavra ao Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho que falou da sua disponibilidade em fazer parte da comissão e sugeriu que seja uma

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

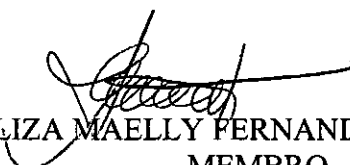
comissão mista com as pessoas da administração e dos outros Defensores Públicos, parabenizou a Presidente por ter resolvido de maneira tão hábil a questão dos pagamentos; a Presidente falou das dificuldades que enfrentou para o pagamento da folha no corrente mês, mas que conseguiu realizar o pagamento antes de quase todos os poderes que passaram pela situação imposta pelo STF, o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho falou que muitos dos assuntos da Instituição, deverão ser resolvidos pelos próprios Defensores, pois só diz respeito aos Defensores Públicos, pedindo a compreensão de todos para que os problemas da Instituição sejam discutidos de forma presencial, para que não haja equívocos ou males entendidos e para que todos exponham suas opiniões, o Corregedor Geral sugeriu que essa comissão seja formada por Defensores Públicos, a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado pediu a palavra e lembrou que o requerimento já foi aprovado e que agora deverão fazer a escolha dos integrantes da comissão, a Presidente informou que será constituída uma comissão com indicações encaminhadas à Defensora Pública Geral; ainda na reunião a Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montenegro pediu a palavra, sendo de pronto atendida, informou que volta atrás, da necessidade em analisar o 3º (terceiro) item da pauta, pois a Defensoria Pública recebeu demanda do Tribunal de Contas do Estado referente a regulamentação dos princípios, regras e instrumentos da Lei Federal nº 14.129/2021 (Governo Digital), sendo necessária a aprovação da minuta de resolução na reunião de hoje, retornando a minuta constante do 3º (terceiro) item à mesa, após algumas alterações a resolução foi aprovadas por unanimidade de seus membros com as devidas alterações. Nos demais assuntos a Presidente apresentou requerimento para cessão da Defensora Pública Iara Bonazzoli, ao Conselho Nacional de Justiça, sendo decidido que deverão encaminhar a Assessoria Jurídica da DPPB para análise e parecer da cessão, e posterior retornar na próxima reunião para apreciação. A Presidente comunicou que para fazer o pagamento da folha do mês de maio, necessitou decidir esse pagamento ad referendum do Conselho Superior, informando que trouxe agora para o Conselho referendar, sendo aprovado por unanimidade de seus membros. Concluídos os assuntos pertinentes a DPPB e vencida a pauta, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  Maria Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito. 


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
PRESIDENTE


RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL



CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
CORREGEDOR-GERAL



MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MEMBRO



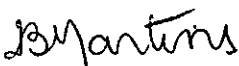
WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES
MEMBRO



ÉLSON PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO



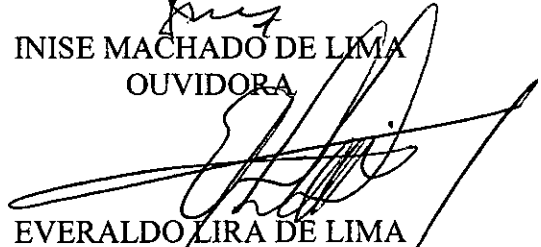
RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
MEMBRO



BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
MEMBRO



INISE MACHADO DE LIMA
OUVIDORA



EVERALDO LIRA DE LIMA
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS